

- II -

A FORMAÇÃO DO PERFIL DOCENTE MEDIADA PELO PARFOR¹ COMO POLÍTICA EDUCACIONAL NA AMAZÔNIA – Brasil

Adarlindo Vasconcelos da Silva Júnior

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – Brasil

adarlindo.silva@ufopa.edu.br

Introdução

O problema básico da pesquisa foi identificar o que muda no perfil do egresso de Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a partir da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PARFOR). A relevância deste estudo consistiu em ampliar a discussão acerca do impacto das políticas de formação docente na vida dos profissionais da educação e o seu reflexo na qualidade da formação de professores, também nas suas decisões pedagógicas, curriculares e no seu desenvolvimento profissional.

A pesquisa é do tipo descritiva, com abordagem quali-quantitativa, obtida a partir do estudo de caso de 12 alunos egressos do curso de Pedagogia/PARFOR – ano 2012, da UFOPA em Santarém e envolveu três dimensões: I. Documentos Legais; II. Coordenador do PARFOR/Docente do estágio curricular supervisionado da UFOPA; e III. Discentes egressos da turma de Pedagogia/PARFOR 2012 da UFOPA. O estudo delimitou-se na análise bibliográfica de fontes especializadas e na análise de documentos de primeira e segunda mão disponíveis na UFOPA. A pesquisa de campo envolveu a aplicação de questionários, para coleta de dados com os egressos de Pedagogia/PARFOR 2012, e entrevista semiestruturada, a partir de um roteiro, com o Diretor/Professores do PARFOR. A interpretação dos dados foi pautada na análise de conteúdos de Bardin (2011). O objetivo geral da pesquisa foi analisar o impacto do PARFOR na formação do perfil do egresso da turma de Licenciatura em Pedagogia/PARFOR 2012 da UFOPA.

¹ Política de formação docente intitulada Plano Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica – PARFOR, instituída pelo Ministério da Educação do Brasil através do Decreto nº 6.755/2009.

A formação do perfil docente mediada pelo PARFOR como política educacional na Amazônia – Brasil

A história da formação do perfil docente no Brasil coincide com a formação do povo brasileiro. De fato, a partir da colonização do Brasil em 1500, e após quatro décadas de exploração da colônia luso-brasileira, era evidente que de algum modo surgisse na colônia a necessidade de se estabelecer um marco educacional para o Brasil.

Segundo Saviani (2010, p. 15):

Efetivamente, o primeiro documento de política educacional que vigorou no Brasil foram os “Regimentos” de D. João III, editados em dezembro de 1548, para orientar as ações do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, que aqui chegou em 1549, acompanhado de quatro padres e dois irmãos jesuítas chefiado por Manuel da Nóbrega. Teve início, aí, o protagonismo do Estado na educação brasileira, o que já ocorreu em simbiose com a igreja católica representada pela Ordem dos Jesuítas.

A presença dos Jesuítas na colônia luso, a partir de 1549, marca, portanto, a primeira fase da política educacional brasileira denominada “educação pública religiosa”. As fases da política educacional brasileira que se seguem correspondem a “educação pública estatal” (1759 a 1827) instaurada pelas “reformas pombalinas da instrução pública”; a “Lei das Escolas de Primeiras Letras” (1827 a 1890), caracterizada pelas primeiras tentativas, precárias e intermitentes de se organizar a educação pública já no Brasil independente; a “reforma da instrução pública paulista” (1890 a 1931) iniciada com a reorganização da Escola Normal e a criação da Escola-Modelo; a “reforma Francisco Campos” (1931 a 1961), caracterizada pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador; e, finalmente, a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1961 a 2007) cujo objetivo era unificar a regulamentação da educação nacional abrangendo as redes pública e privada sob o influxo direto ou indireto de uma concepção produtivista de escola. O marco final dessa fase da política educacional brasileira são os decretos baixados em abril de 2007, instituindo o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), atualmente em vigor. (SAVIANI, 2010, p. 15-16).

Outra importante referência à política educacional brasileira corresponde à profunda influência dos organismos internacionais nos rumos da educação nacional aqui representada pela presença do Banco Mundial, o qual, desde 1944, vem afetando diretamente os destinos da política de desenvolvimento do Brasil. Segundo Tommasi (1998, p. 10),

Ainda que sua presença na cena nacional não seja recente e nem tenha sido, em qualquer momento, periférica, desde a sua criação, em 1944, o certo é que, hoje, avulta o papel e o peso do Banco Mundial nos rumos do nosso desenvolvimento. Não apenas[...] pelo volume de empréstimos e pela abrangência de sua área de atuação, mas também pelo caráter estratégico que

² Segundo Saviani (2010, p. 16) a Lei das Escolas de Primeiras Letras, aprovada em 15 de outubro de 1827, é identificada como o primeiro ato legislativo referente ao ensino no Brasil independente.

vem desempenhando no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento através das políticas de ajuste estrutural.

Akkari (2011, p. 15) sustenta que o processo de internacionalização produz tensões nas políticas nacionais de educação, tornando difícil a articulação entre as exigências nacionais (regionais e locais) e os imperativos internacionais (globais). De fato, a influência da internacionalização sobre as políticas educacionais apoia que o conceito de eficácia na educação só é possível através da adequação aos novos paradigmas globais, a saber: adaptação indispensável à globalização econômica; benefícios da tecnologia da informação e da comunicação (TIC) na educação; descentralização; privatização da educação; obrigação de resultados, prestação de contas; boa governança; qualidade da educação; reformas curriculares; padrões educacionais e profissionalização docente.

É neste cenário que surge no Brasil a política educacional intitulada Plano Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PARFOR), instituída pelo Decreto Presidencial nº 6.755/2009, cujos principais objetivos era, de um lado, “promover a melhoria da qualidade da educação básica pública”. (BRASIL, 2009, p. 2); e, do outro, alinhar-se aos documentos de política dos organismos internacionais, motivando o educador à “competitividade - que visa à aquisição das habilidades e destrezas necessárias para poder desempenhar seu papel produtivamente no mundo moderno”. (OTTONE, 1993, p. 14).

Resultados e discussão

A constituição do perfil profissional do egresso de Pedagogia/PARFOR formado na Universidade Federal do Oeste do Pará foi definido a partir da análise dos dados das entrevistas e dos questionários de pesquisa, com apoio do software estatístico Minitab³, versão 18, conforme tabela 1:

Tabela 1 - Resultado do Perfil Profissional do Egresso de Pedagogia/PARFOR 2012 UFOPA

CARACTERÍSTICAS	RESULTADOS
Gênero	Maioria Feminino (92%)
Idade média	44 anos
Naturalidade	Maioria de Santarém (67%)
Local de Trabalho	Maioria na Zona Urbana (55%)
Profissão Atual	Professor (75%)
Faixa Salarial Média	Até 2 Salários Mínimos ⁴ (58%)
Composição da Renda	Egresso/Cônjuge (67%)
Contribuição sobre a Renda	Maioria contribui até 70%
Origem Educacional	Maioria veio do Magistério (75%)
Tipo de Ensino	Em escola pública (100%)
Tempo de Afastamento Médio da Vida Acadêmica	Média de 12,5 anos (como leigo)

³ Disponível em: < <http://www.minitab.com/pt-br/products/minitab/>>.

⁴ O valor do salário mínimo brasileiro vigente à época da pesquisa (2016) é de R\$ 937,00 ou US\$ 361,26.

Ocupação Profissional Anterior	Docência (100%)
Tempo Médio de Experiência na Educação	12 anos
Situação Profissional Atual	Empregado na educação (83%)
Local de Atuação	Educação Infantil do Município (33%)
Condição para o Acesso ao PARFOR	Leigos ⁵ fazendo a 1ª Licenciatura (83%)
Nível Profissional Atual	Pós-graduação (25%)
Competências Adquiridas pelo Egresso durante a Formação no PARFOR	Formação específica para a área de atuação (competência técnica); Empenho, aprendizado “continuum” ⁶ (competência científica); Aprendizado teórico-metodológico (competência pedagógica); Prática de ensino (competência prática)

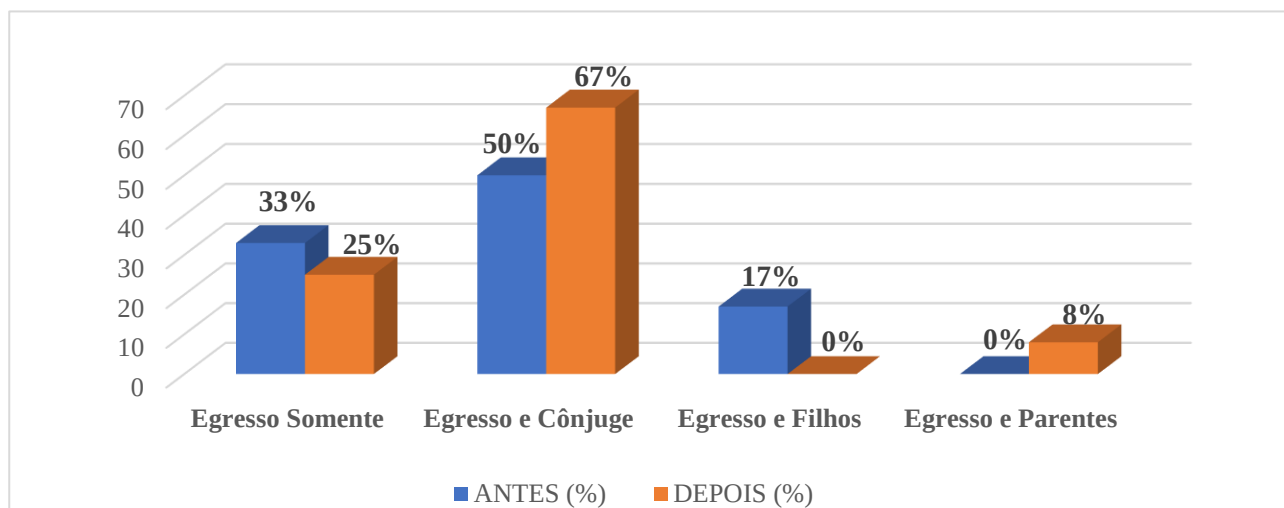
Fonte: Roteiro de Entrevista e Questionários da Pesquisa (2017).

A respeito da relevância da aquisição de competências e habilidades necessárias à formação do professor, Libâneo et al (2012, p. 431), destaca:

Como profissional de que produz conhecimento sobre o seu trabalho, precisa desenvolver competências de elaboração e de desenvolvimento de projetos de investigação. Essas características profissionais formam um perfil que, todavia, não se pode tornar uma camisa de força, porque as pessoas são diferentes, as situações são diversas e as ações dos professores na sala de aula são imprevisíveis. Por outro lado, o perfil é útil para que se possa planejar a formação profissional inicial e continuada e, também, para que as escolas tenham um mínimo de expectativa quanto a critérios para acompanhar e avaliar o trabalho docente.

O Gráfico 1 apresenta as melhorias significativas observadas na análise do perfil sócio econômico do egresso de Pedagogia da após a formação no PARFOR, por grupo de renda familiar:

Gráfico 1 - Composição da Renda Familiar do Egresso de Pedagogia/PARFOR 2012 UFOPA



Fonte: Questionário de Pesquisa de Campo, 2017.

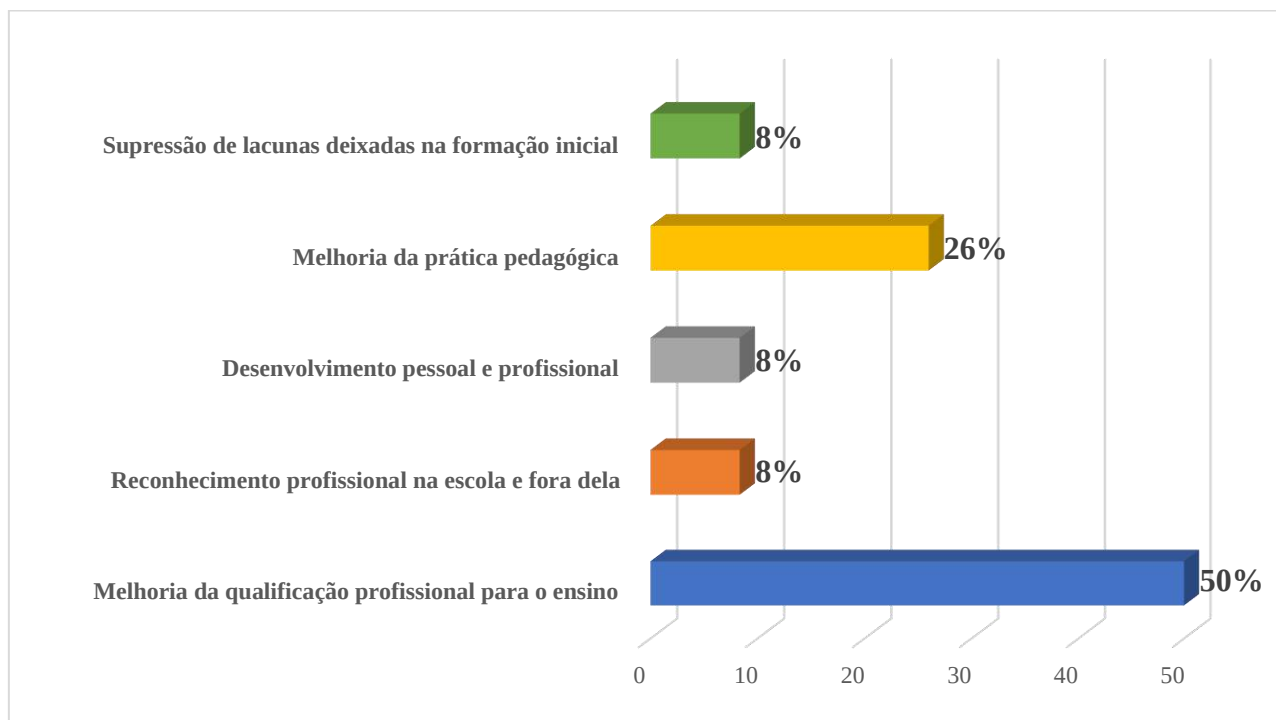
⁵ Segundo o Parecer CNE/CEB nº 019/98, o conceito de “Professor Leigo” significa aquele sem a devida habilitação para a função de magistério em exercício.

⁶ O conceito de educação como um “continuum” foi introduzido por Delors (1998, p.101) para descrever o tipo de educação que todas as pessoas em sociedade devem adquirir ao longo de toda a vida, não apenas para o estímulo ao aprendizado contínuo, mas à convivência social, para o trabalho, para a autonomia e responsabilidade pessoal.

Foram identificadas melhorias na condição econômica de egressos que compunham a renda com seu cônjuge (+17%), e de egressos que compunham renda com parentes (+8%) depois da formação. O mesmo não ocorreu nos demais grupos de renda. No entanto, as melhorias significativas na renda familiar ocorreram no grupo com maior representatividade entre os pesquisados.

O Gráfico 2 apresenta o impacto do PARFOR na formação do perfil do egresso de Pedagogia/PARFOR 2012 da UFOPA na Amazônia – Brasil:

Gráfico 2 - Impacto do PARFOR na Formação do Perfil Profissional do Egresso



Fonte: Questionário de Pesquisa de Campo, 2017.

A análise de dados demonstrou que, entre os egressos, os maiores impactos estão na melhoria da qualificação profissional para o ensino (50%) e na melhoria da prática pedagógica docente (26%), este último reflexo das ações realizadas no estágio curricular supervisionado. Há também 8% do impacto na supressão de lacunas deixadas na formação inicial, 8% no desenvolvimento pessoal e profissional e 8% restante tem impacto no reconhecimento profissional na escola e fora dela.

Considerações finais

A análise das teorias que fundamentam o processo de formação do perfil profissional docente permite inferir que o Brasil sofreu fortes influências dos colonizadores europeus e dos organismos internacionais nos ditames dos rumos da política educacional brasileira, que teve como consequência a elaboração de políticas para a formação de professores da educação básica em âmbito

nacional, como é o caso do PARFOR. Diante deste estudo, conclui-se que o PARFOR teve impacto positivo na formação do perfil profissional docente na medida em que elevou seu nível de qualificação, distribuição de renda, condição sócio econômica e valorização social e profissional. No entanto, também teve impacto negativo na medida em que enfraqueceu a autonomia dos profissionais da educação básica restringindo a participação desses agentes na elaboração das decisões de políticas que caminham na direção do paradigma inovador.

Referências

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das Políticas Educacionais: Transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 de janeiro de 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9394. Brasília: 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: mar 2015.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 019/1998**. Consulta ao Conselho Nacional de Educação, tendo em vista a Lei 9.424/96, Artigo 7. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb019_98.pdf>. Acesso em: mar 2015.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas**. Brasília, DF: MEC, 2007a.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação: Um Tesouro a Descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBANEO, J. C. et. al. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OTTONE, Ernesto. **Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade (uma visão sintética)**. Brasília: MEC/INEP, 1993.

SAVIANI, Demerval. (Org.). **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.

TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.